

ATA Nº. 23/2014

**ATA DA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
VALENÇA REALIZADA NO
DIA 31 DE OUTUBRO DE 2014.**

- - - Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Valença e Sala das Reuniões da Câmara Municipal, realizou-se a Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Valença sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Jorge Manuel Salgueiro Mendes, com a presença dos Srs. Vereadores Manuel Rodrigues Lopes, Elisabete Maria Lourenço de Araújo Domingues, José Manuel Temporão Monte, Mário Rui Pinto de Oliveira e Carlos Aleixo Pereira Gomes. Secretariou a Chefe de Divisão Administrativa Geral, Paula Mateus. E, tendo tomado os lugares que lhes estavam destinados, verificou-se a falta da Sra. Vereadora Anabela de Jesus Rodrigues, por motivos profissionais, sendo justificada por unanimidade. Seguidamente, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas. -----

O Vereador Diogo Gouveia Pinto Antunes Cabrita, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi substituídos no exercício das suas funções de Vereador pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista do Partido Socialista. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DE 23 DE OUTUBRO DE 2014 – A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, por unanimidade, a aprovação da ata da reunião de câmara de 23 de outubro corrente. ----

ATA Nº. 23/2014

O Sr. Presidente da Câmara, Jorge Salgueiro Mendes e o Sr. Vereador Carlos Aleixo Pereira Gomes não tomaram parte na votação por não terem estado presentes na referida reunião. -----

PONTO 2 - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2015:-

O Sr. Presidente fez uma breve exposição do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2015, começando por explicar que por força do nº2 do artº 27º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tem de estar aprovado pela Assembleia Municipal até finais de novembro próximo, obrigando os Municípios a iniciar o processo de elaboração do orçamento para 2015 a quatro meses do final do exercício em curso. Isso implicou que o orçamento fosse elaborado com rigor mas também com cautelas redobradas, dado o contexto em que ocorre a sua aprovação, ainda sem a versão definitiva do Orçamento de Estado para 2015. Prosseguindo, referiu que no passado dia 27 do corrente mês, reuniu com os Partidos Políticos para, no âmbito do Estatuto do Direito da Oposição, efetuar a auscultação de sugestões sobre o orçamento, tendo apenas se feito representar o Partido Socialista, sem que tivesse apresentado qualquer proposta a incluir no orçamento. -----

Este documento obedeceu aos princípios de rigor no apuramento das despesas e receitas, bem como, no seguimento da política deste executivo, pelo princípio da submissão das despesas às receitas previstas, o que significa que, para investimentos é necessário termos margem no funcionamento corrente e/ou capacidade de assegurar financiamentos comunitários, de modo a não se colocar em causa os equilíbrios financeiros alcançados. O recurso ao financiamento a médio e longo prazo só é aceitável para financiar investimentos estratégicos ou de interesse municipal, contrariamente ao passado, em que foi usado para repor, artificialmente, a tesouraria municipal. Apesar do acima explanado apresenta-se um orçamento o mais ajustado possível à realidade do presente e às projeções do futuro. -----

Continuando, referiu que a receita corrente é superior à despesa corrente o que leva a uma previsão de saldo corrente para 2015 de um milhão e meio de euros, deixando margem para possíveis investimentos, quer venham a ser co-financiados pela União

ATA Nº. 23/2014

Europeia ou pagos integralmente pelo Município. -----

Mais referiu que no mês de novembro irá abrir o novo Quadro Comunitário de Apoio, Portugal 2020, ao qual o Município de Valença também irá apresentar candidaturas, para os quais, nesta linha de orientação, se abriram rubricas orçamentais, a saber, para a Fortaleza de Valença, Cidade Nova e também, para algumas intervenções nas freguesias. Acrescentou que a União Europeia não permitirá a abertura de financiamento para qualquer espécie de pavimentações. Portanto, as pavimentações que este Município entender como necessárias, terão que ser realizadas a expensas próprias. -----

Prosseguindo, referiu que se está perante um documento de clara transparência, podendo ser considerado um plano de boas práticas porque, para além da estrutura normal, foram introduzidos novos campos, entre os quais, as estratégias setoriais que plasman orientações setor a setor. Nas orientações estratégicas, deu-se ênfase ao desenvolvimento e coesão social, esclarecendo que representam um encargo de cerca de 20% do orçamento, ou seja, três milhões e seiscentos mil euros, grande parte deste valor destina-se ao Centro de Inovação e Logística de Valença e o restante ao Setor da Educação e Ação Social, nomeadamente, em transportes, manuais e refeições escolares, assim como, em atividades de enriquecimento curricular, bolsas de estudo, etc. -----

Ao nível das receitas municipais, os valores propostos são cautelosos, média dos últimos dois anos, a que não é alheia a proposta fiscal para 2015, com o IMI ao mínimo de 0,3% e com devolução de 50% do IRS municipal aos cidadãos (2,5% do IRS), a que acresce uma taxa de Derrama amiga do investimento. -----

Este executivo mantém os propósitos de avançar com a última fase de requalificação da Fortaleza, considerando prioritário concluir a intervenção na mesma e, que paralelamente a esta existem outras, estando prevista a conclusão do Centro de Inovação e Logística de Valença, para meados de 2015. Quanto à candidatura da Fortaleza a Património da Humanidade, tem noção que é um titulo que demorará algum tempo a ser alcançado, contudo continuarão empenhados em que tal aconteça,

ATA Nº. 23/2014

assim como, o projeto da Eurocidade, que considera marcas de distinção deste município, quer na Euroregião/país, quer na Europa. -----

Relativamente à área do Turismo, referiu que, com a conclusão da Ecopista que vem desde o concelho de Monção, passando por Valença até Vila Nova de Cerveira, este Município encontra-se em condições de criar atrativos para a população das freguesias, deste trilhos a parques de lazer e aventura. Foi referido que após a conclusão da 1ª fase da limpeza da Quinta de Sanfins, se irá elaborar um projeto, por fases, de forma a que a população possa de futuro desfrutar deste valioso património natural, cultural e religioso, conforme apresentado nas grandes opções do plano. -----

Acrescentou que prosseguem a captação de investimentos para Valença quer nível industrial, quer a nível do comércio e hotelaria, tendo exemplificado os diversos tipos de investimentos, bem como, a existência de interesse neste Concelho por parte de diversos investidores. -----

Referiu que existem algumas infraestruturas para quais o Município deve dar especial atenção, pelo impacto no turismo, a saber, o Aérodromo de Cerval, para que venha a ser um atrativo para o Baixo e Alto Minho, ao Centro Coordenador de Transportes que, embora tenha sofrido obras de conservação exterior, necessita de intervenção a nível do seu interior e, ao Campo da Feira, como intervenção prioritária. Quanto às freguesias, será necessário construir mais casas mortuárias, saneamento básico e, em especial, prosseguir com a melhoria das acessibilidades. Relativamente às infraestruturas de saneamento básico, o sr. Presidente lembrou que apenas as Águas do Noroeste poderão efetuar candidaturas a fundos comunitários. O protocolo da delegação de competências com as freguesias mantém-se, com um valor orçamentado de cerca de meio milhão de euros, para investimentos em áreas da competência da câmara . As competências próprias das freguesias têm de ser financiadas com as verbas próprias das juntas de freguesias e não do município. -----

Também referiu o projeto de empreendedorismo jovem que pretendem levar a efeito no CILV, bem como, o de promoção turística e do comércio, exemplificado os eventos que irão estar disponíveis à comunidade, desde culturais, desportivos,

ATA Nº. 23/2014

conferências, etc, com destaque para os Open Days 2015. -----

Continuando, referiu que neste Orçamento embora tenham sido comeditos em termos de despesas de funcionamento e de pessoal, se encontra previsto dar continuidade à política de melhoria de condições de trabalho, tendo exemplificado os edifícios municipais que necessitam de intervenção e a política de certificação dos serviço.-----

Por último, quanto às normas de execução orçamental anexas a este orçamento referiu que se mantêm em relação ao ano anterior. -----

Finalizou referindo que neste orçamento se encontram plasmados os compromissos eleitorais deste executivo visando, no seu conjunto, a melhoraria a qualidade de vida para todos. -----

Finalizada a explanação, colocou o orçamento e grandes opções do plano para 2015 à discussão e votação, tendo o Sr. Vereador Carlos Aleixo, em representação dos membros eleitos pelo Partido Socialista efetuado a seguinte declaração de voto:-

“Após análise atenta e profunda do documento apresentado pela equipa Social Democrata que lidera o executivo municipal, constamos que o mesmo consagra o imobilismo, a falta de criatividade, diremos mesmo a incapacidade de integrando as limitações legais, nomeadamente as decorrentes da lei dos compromissos, não deixar o concelho fora da oportunidade de aproveitar os fundos comunitários para o período de programação 2014-2020, por exemplo pela inscrição de rubricas adequadas, com pequenas verbas, ainda que sem financiamento definido, numa clara demonstração do vazio de ideias, com que o PSD nos tem brindado.-----

Assim, estamos confrontados com um documento profundamente espartilhado, isto é, estamos perante um orçamento de mínimos.-----

Os Vereadores do Partido Socialista, cōnscios de que este orçamento é a continuação de uma leitura conservadora e desprovida de visão para o território valenciano , perspetivando apenas o desempenho técnico, com garantia de levada taxa de execução à partida mas desprovido de esperança e de credibilidade no desenvolvimento concelhio, só podem votar contra o orçamento municipal para 2015.” -----

ATA Nº. 23/2014

A Câmara Municipal, depois de apreciar os referidos documentos, deliberou, por maioria, com voto contra do membro eleito pelo Partido Socialista, mandar submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Mais foi deliberado, agora por unanimidade, não transcrever na ata os aludidos documentos, pelo que, rubricados pelos Membros presentes da Câmara Municipal, ficam arquivados na pasta anexa a este livro de atas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362 de 21 Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82 de 19 de Agosto. Por último foi deliberado, unanimidade, submeter as normas de execução orçamental para 2015 a apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

PONTO 3 – ACADEMIA DE MÚSICA DA FORTALEZA DE VALENÇA –

APOIO:- Foi presente novamente presente o ofício da Academia de Música da Fortaleza de Valença, registado sob o nº 6003/2014, a solicitar a atribuição de apoio. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 3.000,00€ (três mil euros), para aquisição de equipamentos e instrumentos musicais. -----

PONTO 4 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:- Nos termos das pertinentes disposições do nº3 do artigo 57º do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme e seguidamente assinada pelo Sr. Presidente da Câmara e pela Secretária da presente reunião. E, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Câmara, pelas 10 horas e 40 minutos, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----